

AS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL- ESTADOS UNIDOS NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF, 2011-2014

Cristina Soreanu Pecequilo¹

Introdução

As relações bilaterais Brasil-Estados Unidos são estruturais na evolução das relações internacionais brasileiras devido ao peso político, econômico, estratégico e ideológico que os Estados Unidos detêm na agenda do país. Este peso resulta de uma combinação de fatores complexa que envolve a natureza dos recursos de poder norte-americanos, sua capacidade de projeção e a percepção do Brasil sobre si mesmo e sobre este parceiro. Esta tendência de ideologização do debate e polarizações internas que se divide em correntes pró e contra uma política externa autônoma, em oposição ao alinhamento com os norte-americanos, permanece até o século XXI, atravessando a administração de Luis Inácio Lula da Silva (2003/2010) e chegando ao governo de Dilma Rousseff (2011/2014).

Enquanto na gestão Lula prevaleceu a assertividade internacional que elevou a presença global brasileira, inclusive diante dos Estados Unidos, a despeito das críticas, o período Dilma Rousseff parece representar um ponto de inflexão neste processo. Tal inflexão corresponderia a uma tentativa de conciliar as vertentes da autonomia e do alinhamento. Contudo, este processo demonstrou-se bastante controverso e sensível, uma vez que a opção de política

¹ Professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Pesquisadora do CNPq, NERINT/UFRGS, UnB e UFABC/UNIFESP. A autora agradece à Clarissa Forner, graduanda em Relações Internacionais pela UNIFESP. E-mail: crispece@gmail.com.

externa autônoma refere-se a um projeto de Estado e não só de governo. Esta equação deixou de levar em consideração os elementos abrangentes do intercâmbio, e a posição norte-americana como potência hegemônica.

Diante deste cenário, o objetivo do artigo é analisar a evolução das relações bilaterais no governo Rousseff, identificando seus principais pilares, controvérsias, limitações e oportunidades, tendo como pano de fundo o contexto mais amplo das relações internacionais do Brasil como país emergente. Trata-se de um recorte contemporâneo, que trará um estudo sustentado em temas conjunturais e considerações de longo prazo sobre as visões estratégicas de ambos os parceiros. Para isso, o texto se encontra dividido em duas partes: diversificação e acomodação (2011/2012), distanciamento, repensamento e estagnação (2013/2014).

Diversificação e Acomodação (2011/2012)

Eleita em 2010, a Presidente Dilma Rousseff representou a continuidade do governo Lula. No campo doméstico este compromisso foi preservado de forma clara, incluindo a ampliação da agenda social e o aumento de investimentos em setores como infraestrutura (PAC e as obras para os grandes eventos esportivos Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas 2016) e moradia popular como o programa Minha Casa, Minha Vida. Entretanto, na política externa esta continuidade passou a ser questionada, indicando uma possível quebra nas relações internacionais e a reaproximação aos Estados Unidos.

Avaliando a política externa no que se refere ao pensamento estratégico e as relações bilaterais, observa-se uma continuidade moderada, que traz o risco da estagnação e do baixo perfil. Embora não exista uma ruptura de paradigma, mantendo o foco nas relações Sul-Sul e no multilateralismo, os anos 2011/2012 apresentam alterações: primeiro, uma variação de estilo entre os dois governos, com a Presidente Dilma, exercendo a Diplomacia Presidencial de maneira menos intensa e, segundo, uma tentativa de reformatar o intercâmbio com os norte-americanos.

A reformatação detém caráter ambíguo: minimizar críticas internas à política externa, sem reenquadrar o país à órbita dos Estados Unidos. Tais críticas haviam sido elevadas nas eleições presidenciais 2010, tendo como foco o

Acordo Nuclear Tripartite Irã-Brasil-Turquia e a temática dos direitos humanos, simbolizada pela condenação à morte por apedrejamento de Sakine Ashtiani pelo governo de Ahmedinejad, que o Brasil não criticaria (ignorando-se o fato do país estar negociando o perdão). Ambas as questões foram criticadas pelos Estados Unidos e instrumentalizadas pela oposição. No pós-2011 o tema Ashtiani desapareceu e os Estados Unidos, após terem pressionado pela não aprovação do Acordo Tripartite fecharam novo acordo nuclear com o Irã, similar ao de 2010. As posições norte-americanas foram também contra a Turquia, e refletem seu encolhimento diante de pivôs regionais.

A presidência Dilma se iniciava sob o signo da contemporização de temas polêmicos, com ênfase na conjuntura eleitoral. Portanto, pode-se levantar como hipótese que este ajuste tático emerge mais de um debate interno do que da necessidade de se reposicionar diante dos Estados Unidos para obter reconhecimento, visto que a percepção do Brasil potência já existia.

Não se mudava a política de Estado, mas se adaptava a política de governo. A indicação do ex-Embaixador do Brasil em Washington Antonio Patriota (2007/2009) ao cargo de Ministro das Relações Exteriores, e que fora Secretário-Geral das Relações Exteriores² nos últimos anos da gestão do Embaixador Celso Amorim (2009/2010), surgia como elemento importante. A ideia era oferecer um contraponto ao governo Lula para o público doméstico, mas que poderia trazer vantagens, como o apoio ao assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mas qual era o *status* da relação bilateral e quais os caminhos no governo Dilma Rousseff?

Quando Rousseff assume em Janeiro de 2011, as relações bilaterais Brasil-Estados Unidos encontram-se em um patamar de Diálogo Estratégico. Estabelecido em 2005 pelos governos de Luis Inácio Lula da Silva (2003/2010) e de George W. Bush (2001/2008) o Diálogo Estratégico representou o reconhecimento norte-americano de que o Brasil encontrava-se em uma nova posição no equilíbrio de poder mundial. Define-se que a parceria detém implicações globais e não restrita a temas regionais. Isso não reflete plena convergência de interesses ou eliminação de conflito, e sim um *status* de intercâmbio entre potências.

² De 2003 a Setembro de 2009, o cargo foi exercido pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

Apesar das críticas de grupos pró-alinhamento ao Presidente Lula, o estabelecimento deste Diálogo só foi possível devido à mudança da política externa. Empreendida pelo Presidente Lula e o Embaixador Celso Amorim como Ministro das Relações Exteriores, esta mudança permitiu o amadurecimento e adensamento da agenda por meio da retomada da cooperação Sul-Sul e da identidade terceiro mundista. Abandonaram-se as posições subordinadas e de alinhamento dos anos 1990, recuperando uma visão autônoma e um projeto de desenvolvimento.

O projeto detém dimensões internas e externas. Internamente, buscou-se o reforço do poder nacional por meio de ajustes econômicos para garantir a estabilidade, o crescimento e diminuir a vulnerabilidade. Desenvolveram-se ações para a correção de desigualdades sociais, de potencial para cooperação técnica e poder brando: Fome Zero, Farmácia Popular e Bolsa Família. No mesmo referencial insere-se a participação na Missão de Estabilização das Nações Unidas para o Haiti, a MINUSTAH, desde 2004 como líder.

Observou-se o aprofundamento da integração na América do Sul (Mercado Comum do Sul-MERCOSUL, Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana-IIRSA, União das Nações Sul-Americanas-UNASUL e Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos-CELAC), a participação ativa em negociações multilaterais em organismos tradicionais (Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, G-20 financeiro), a criação de alianças de geometria variável entre os emergentes (Índia, Brasil, África do Sul-IBAS, Brasil, Rússia, Índia, China África do Sul-BRICS, G-20 comercial), o reforço de parcerias extrarregionais com a UE e a retomada de uma política Sul-Sul na África, na Ásia e no Oriente Médio. As Cúpulas América do Sul-Países Árabes (ASPA) e América do Sul-África (ASA) foram sinalizações inéditas.

À medida que os Estados Unidos não participam dos arranjos de integração do século XXI, oferece-se um contraponto ao tradicional sistema interamericano criado na Guerra Fria sustentado em mecanismos estratégico-militares, o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) de 1947 e a OEA (Organização de Estados Americanos) de 1948. Tais instituições tornaram-se cabeça de ponte dos Estados Unidos de 1947 a 1989, e são esvaziadas pelas iniciativas sul-americanas.

Este sistema e as relações Estados Unidos-Cuba caracterizadas pelo embargo econômico vigente desde a Revolução Comunista de 1959, demonstram

o congelamento das políticas regionais. Estas políticas sofreram certa atualização nos anos 1990 com a Iniciativa para as Américas (IA) e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) que propunham o estabelecimento da Zona de Livre Comércio Hemisférica, sem que existissem alterações na visão dos Estados Unidos sobre a região como “zona de reserva”. Dentre os projetos apresentados somente foram criados o NAFTA, Acordo de Livre Comércio entre os Estados Unidos, o Canadá e o México (1994), o CAFTA, Acordo de Livre Comércio da América Central (2007), e estabelecidos Tratados de Livre Comércio bilaterais com Chile, Peru e Colômbia.

A integração liderada pelo Brasil colocou em xeque estes projetos de caráter assimétrico de condicionalidades sociais e econômicas (Consenso de Washington). Ao reconstruir, e liderar, mudanças em seu entorno regional e em escala global, o Brasil tornou-se presente no mundo, com identidade e interesses autônomos. Como indicado isso culminou em 2005 no Diálogo Estratégico e a definição do Brasil e emergentes como pilares da nova ordem mundial. Em 2008, a Secretária de Estado Condolleeza Rice considera os emergentes como “responsáveis pela ordem global” (*stakeholders*). A este termo soma-se em 2010, a dos “novos centros de poder mundial”, da *National Security Strategy* (NSS-2010) do Presidente Obama.

Entretanto, este cenário não é caracterizado somente pelo reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos, que leva as tentativas de engajamento da parte da potência hegemônica. Ele é também marcado pela crise desta hegemonia, provocada por Bush filho: o unilateralismo militar e as operações de intervenção da Guerra Global Contra o Terror no Afeganistão (2001) e Iraque (2003). Este foco no sistema eurasiático gerou a superextensão imperial e a crise econômica de 2008.

Ao lado do engajamento, a contenção do Brasil e demais emergentes torna-se presente com críticas ao “neoimperialismo” brasileiro e chinês no Terceiro Mundo, medidas estratégicas no setor militar em atenção a espaços como a América do Sul e a África, e novas alianças econômicas na Europa e no Pacífico. Tais movimentos se desdobram: reforço de mecanismos existentes e a criação de novos instrumentos de projeção por Bush filho (e que serão completados por Barack Obama).

Na primeira dimensão, reforço de mecanismos, insere-se o aumento de investimentos no Plano Colômbia e no Comando Militar do Sul (USSOUTHCOM). Especificamente, o Plano Colômbia de guerra contra as drogas fora lançado nos anos 2000 pelo governo Bill Clinton (1993/2000). A Iniciativa Andina Contra as Drogas³ estabelecia a cooperação Estados Unidos-Colômbia no combate ao narcotráfico por meio de ajuda e presença militar de tropas norte-americanas em solo colombiano (incluindo a cessão de bases) e fumigação de plantações de coca na região Amazônica, com efeitos sobre todos os países que a compartilham (como Brasil e Venezuela).

A partir de 2001, o Plano Colômbia incorporou a linguagem da Guerra Global contra o Terror (GWT) com a definição do “narcoterrorismo” como ameaça à segurança hemisférica. Esta classificação foi trazida para identificar uma nova categoria de ameaça: o uso do dinheiro do narcotráfico para financiar grupos terroristas. O lançamento do Plano foi simultâneo ao da IIRSA, projeto de integração de infraestrutura liderado pelo Brasil na América do Sul, em um contexto de autonomia. Reforçado pela administração Lula, este é um processo que se inicia no fim dos anos 1990, principalmente na região andina com a ascensão do projeto do Socialismo no século XXI de Chávez, de teor crítico à hegemonia.

Classificações como “Estados Bandidos”, “Eixo do Mal” foram aplicadas a estas situações, indicando a existência de governos autoritários na região, com tendências a desrespeitar as normas da comunidade internacional (no caso do “Eixo do Mal” latino, Cuba e Venezuela eram identificados pelo Departamento de Estado como os principais riscos)⁴. Estas percepções eram repudiadas pelas diplomacias locais, demonstrando sua preocupação com risco do intervencionismo, acentuado pelo lançamento da Doutrina Bush de ação preventiva em 2002.

Os temas do narcoterrorismo e dos Estados bandidos se relacionam à ampliação da atuação do Comando Militar do Sul (USSOUTHCOM), com a

³ A partir de 2008, a guerra contra as drogas foi complementada pela Iniciativa Mérida no México.

⁴ Além da categoria de Estado Bandido (*rogue state*), os Estados Unidos criaram a de “Estados Falidos” (*failed state*) para se referir a nações sem organização interna, santuários de terrorista e marcadas pela guerra civil e tragédias humanitárias. O Eixo do Mal pós-11/09 era composto por Irã, Iraque e Coreia do Norte, ao qual se somaram Síria e Líbia.

identificação da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai como foco de terrorismo internacional a partir de 2001. Segundo análises norte-americanas, a área seria de atuação de grupos como a Al-Qaeda e o Hezbollah, com a presença de células terroristas na América do Sul e o patrocínio de atividades ilegais como tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. A cidade de Foz do Iguaçu seria o foco desta movimentação (USSOUTHCOM 2014).

O fortalecimento do USSOUTHCOM ainda é composto pela reativação da 4ª Frota da Marinha Americana em 2008, criada em 1943 e descomissionada em 1950, quando suas tarefas passaram para o comando associado à OTAN e ao Norte do Atlântico (2ª Frota, por sua vez desativada em 2011 no processo de reestruturação das forças no Atlântico, no Pacífico e no mundo afro-asiático). O restabelecimento destas operações foi justificado pelo Departamento de Defesa como parte da elevação dos riscos de segurança, estatais e transnacionais no Hemisfério Ocidental.

No século XXI, o Atlântico Sul⁵, espaço entre a América do Sul e a África, retoma sua relevância por diversos fatores: reservas de gás e petróleo, zona de passagem para matérias primas e recursos energéticos, e a crescente influência sino-indo-brasileira. A somatória do Plano Colômbia com a 4ª Frota representa uma relevante movimentação de geopolítica estadunidense no sentido de projetar poder em um espaço no qual possuía menor presença estratégica. Estas ações visam prover capacidade de mobilização rápida no Atlântico Sul e se chocam com a visão brasileira e africana de desmilitarização da área. Estas diferentes posições não são inéditas, retomando as divergências da década de 1980 referentes à criação da Zopacas (Zona de Paz de Cooperação do Atlântico Sul), pelo Brasil, e da instalação da OTAS (Organização do Tratado do Atlântico Sul), pelos Estados Unidos.

Segundo o Livro Branco da Defesa Nacional do Brasil (Ministério da Defesa 2012, s/p), o Atlântico Sul, “A Amazônia Azul” é área de elevada relevância para o país justamente pelos mesmos motivos que interessam aos Estados Unidos,

⁵ Ver Edição Austral <http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/issue/view/1891>

Na área marítima brasileira, sobre o oceano Atlântico, cruzam importantes rotas de navegação, vitais para a economia nacional. Aí estão localizadas as reservas do pré-sal brasileiro, de alto significado econômico, político e estratégico (...). A projeção na direção leste conduz aos países da África Ocidental, e nela se destaca a rota do Cabo, uma considerável via estratégica de comunicação da Ásia e África com o Hemisfério Norte. O segmento que vai do cabo de São Roque ao rio Oiapoque projeta o Brasil para a porção norte da África, para a Europa Ocidental canal do Panamá, Caribe e América Central e do Norte.

No âmbito geopolítico e geoeconômico do Atlântico Sul encontra-se outra ação estadunidense e que se insere nos novos mecanismos de projeção: o estabelecimento do Comando Africano (USAFRICOM) em 2008. Antes pertencente ao Comando Militar do Pacífico (USPACOM), a área geográfica deste comando sobrepõem-se no Atlântico Sul às forças do Comando do Sul, e, como sua parte sul-americana, visa ocupar espaços e dissuadir avanços sino-brasileiros e indianos na África. As motivações são similares as da reativação da 4ª Frota.

São esforços complementares que representam o reconhecimento da força brasileira e de seu potencial de ameaça. Independente destas movimentações, e paralela a elas e convergentes, constrói-se uma base sólida para a relação bilateral, sustentada justamente por estes fatores. Este é o patamar complexo a partir do qual se constrói o intercâmbio Dilma-Obama em 2011: o Brasil permanecia reconhecido como potência. Então, por que o governo Dilma se inicia com tentativas de ajuste tático do intercâmbio?

Diferente de outras potências como China e Índia que tem como postura aprofundar a barganha com os Estados Unidos na mesma proporção que elevam a sua força, no Brasil as pressões internas pró-alinhamento dificultam a construção do consenso em torno da autonomia. Diante disso, como indicado, surgiu no governo Dilma o ajuste tático em 2011, já no contexto de um relativo recuo da ofensiva diplomática. Este movimento se inicia a partir da visita do Presidente Barack Obama ao país em Março, que para alguns grupos internos foi considerada “limpeza de agenda” (visão propagada pela mídia). Todavia, quando Obama chega ao Brasil ele visita um país considerado potência global no contexto do século XXI, resultante de quase uma década de fortalecimento nacional e não em resposta às recentes mudanças que Dilma procurava implementar após apenas dois meses de governo.

O que mais interessava era a tática de recuperação de espaços no contexto regional, que não pode ser descolada do global: continuidade da crise econômica nos Estados Unidos e União Europeia, fortalecimento dos emergentes e de sua projeção internacional geopolítica e geoeconômica, aprofundamento da integração sul-americana, instabilidade nos teatros militares eurásianos Iraque-Afeganistão e eclosão da Primavera Árabe em 2010. As ações na América Latina são compensatórias, sem que isso tire o foco dos Estados Unidos da Eurásia. Enquanto estava no Brasil, o Presidente Obama anunciou o início da operação militar, autorizada pelo CSONU à Líbia de Muammar Kaddaffi por razões humanitárias. A votação do CSONU que a autorizou não foi consensual e teve padrão representativo das novas forças globais: os países que se abstiveram foram membros temporários e permanentes do CSONU, China e Rússia, Brasil, Índia e Alemanha⁶.

Quais os resultados concretos da visita? E do ajuste tático? No que se refere aos conteúdos midiáticos da visita, um apoio formal à inserção do Brasil como membro permanente do CSONU e a abolição dos vistos não se observaram avanços. Diferente de Índia e Japão que contam com declarações formais de apoio, o Brasil obteve uma de “apreço”. Os vistos foram mantidos, com promessas de facilitação em sua obtenção.

Observaram-se alterações no Diálogo Estratégico de 2005, com a elevação de seus componentes a nível presidencial. O objetivo era sinalizar que a relação era prioritária e agregar às negociações maior visibilidade e dimensão diplomática, colocando-as como tarefa dos Executivos e agências. Esta institucionalização define maior regularidade nas reuniões, tornando-as fóruns permanentes. Os principais diálogos são: o Diálogo da Parceria Global (GDP), o Diálogo Econômico e Financeiro (EFD), a Comissão de Relações Econômicas e Comerciais, o Diálogo Econômico da Parceira, o Diálogo Comercial da Parceria e o Diálogo Estratégico Energético (SED). Foram atualizados fóruns como as Câmaras de Comércio Brasil-Estados Unidos, empresariais (Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos) e da sociedade civil.

⁶ O Brasil oferece uma crítica às intervenções humanitárias justificadas pelo conceito de “responsabilidade de proteger” das Nações Unidas, contrapondo o de “responsabilidade ao proteger”. O objetivo é questionar os critérios que regem estas ações.

No âmbito do “Diálogo da Parceria Global Brasil-Estados Unidos” (GDP) foram definidas como prioritárias: Cooperação Trilateral, Cooperação Educacional, Cooperação Espacial, Cooperação para Inclusão Social, Cooperação na Área de Saúde. Dentre estas, a cooperação educacional foi fortemente representada pelo Programa Ciência Sem Fronteiras, patrocinado pelo governo brasileiro (e as agências financiadoras no setor educacional em nível de pesquisa e ensino de graduação e pós-graduação, CNPq e CAPES, que visa capacitar estudantes brasileiros em instituições estrangeiras (Diálogo da Parceria Global, Brasil-Estados Unidos 2012).

Outra área em expansão foi da cooperação trilateral, que estabelece uma ação conjunta de Brasil e Estados Unidos em terceiros países com destaque à América Central, Caribe e África. Os principais programas desenvolvidos referem-se à segurança alimentar, combate a AIDS/HIV, combate ao trabalho forçado e de crianças, cooperação em biocombustíveis, meio ambiente e conservação e narcotráfico.

Em 2011 foram assinados: Acordo de Comércio e Cooperação Econômica, Parceria para o Desenvolvimento de Biocombustíveis de aviação, Memorando de Entendimento sobre as Dimensões da Biodiversidade, Memorando de Entendimento para o Estabelecimento do Programa de Diálogos Estratégicos Brasil-EUA, Memorando de Entendimento para Implementação de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países no Âmbito do Trabalho Decente e Memorando de Entendimento sobre Cooperação para Apoiar a Organização de Grandes Eventos Esportivos.

No caso do Diálogo Estratégico Energético, o lançamento do programa detalhado de cooperação energética definiu quatro áreas: biocombustíveis, energia renovável e eficiência energética, petróleo e gás natural e segurança nuclear. Desde 2011, os encontros de grupos técnicos, assim como dos ministérios de energia tem sido frequentes, sem interrupção. Os Estados Unidos se comprometeram a colaborar com o Brasil na realização e formatação da agenda da Rio +20, conferência ambiental de 2012.

Um dos elementos mais centrais desta parceria energética reside na exploração do pré-sal brasileiro e a preocupação com a crescente participação de empresas chinesas no processo. Apesar dos avanços norte-americanos na exploração do xisto para a geração de gás e petróleo, anunciada como uma “revolução não convencional” (Yergin 2014) que tornaria o país autônomo, a

extensão e a viabilidade ambiental desta produção continuam em questão. Porém, não são poucos os que indicam que a combinação da exploração do xisto, com a ampliação da exploração de petróleo em setores ambientais protegidos como o Alasca e o Golfo do México, pode mudar o panorama geopolítico e geoeconômico mundial com o desengajamento de tropas e de investimentos em áreas chave.

Aos Estados Unidos interessam garantir acesso ao pré-sal brasileiro, uma vez que isso permitiria uma parceria energética com um “país amigo”, que oferece menos riscos do que os cenários do Oriente Médio, da Ásia Central e da África (e o da Venezuela na América Latina). Nestes riscos incluem-se os militares-estratégicos e a forte competição sino-indiana. Enquanto não houver mudança nos padrões de consumo e na matriz energética norte-americana, é questionável se qualquer nova fonte interna (ou mesmo externa) conseguirá suprir a demanda.

Outros setores nos quais foram mantidas as negociações foram os de defesa e comercial. Na agenda de defesa, a inovação foi o estabelecimento de um diálogo estratégico, que visa o incremento das ações de treinamento conjunto e identificação de ameaças. Da parte dos Estados Unidos existe interesse em aumentar sua exportação no setor bélico ao Brasil e à América do Sul, barrando o desenvolvimento da autonomia tecnológica, assim como os contatos com outras nações ativas neste mercado. Esta dimensão foi acelerada a partir da constituição do CDS (Conselho de Defesa Sul-Americano) no âmbito da UNASUL em 2008. O CDS representou um salto qualitativo nas relações de segurança sul-americanas, tendo como participantes apenas países da região, visando a cooperação e a construção de confiança. Visa oferecer alternativa a seu reposicionamento estratégico, como o Plano Colômbia e a Quarta Frota, e uma forma de conter e dissuadir novas tentativas de presença militar dos Estados Unidos. Por fim, oferece um mecanismo regional autônomo para lidar com temas de segurança.

No caso do comércio, as tendências de queda do fluxo bilateral foram mantidas uma vez que não existiram movimentações de abertura do mercado norte-americano ou correção de mecanismos protecionistas e de subsídios. As interações na OMC e o travamento da Rodada Doha exemplificam estas dimensões, assim como os diversos contenciosos entre as diplomacias. Algumas

disputas como as de setores como suco de laranja são recorrentes, enquanto o contencioso do algodão prevalece sem solução desde 2002. Em 2009, a OMC autorizou o Brasil a retaliar os Estados Unidos em U\$ 829 milhões, decisão rejeitada pelos norte-americanos, que recorreram e perderam. No ano de 2011, os Estados Unidos concordou em pagar ao Instituto Brasileiro do Algodão U\$ 147,3 milhões anuais para dar conta destes valores e reformar suas leis agrícolas (*Farm Bill*), para, logo depois, suspender os pagamentos em Outubro de 2013. A opção do Brasil foi, em 2014, abrir um painel para pressionar pela implementação do acordo e revisão da *Farm Bill*.

Incluem-se as divergências na eleição para a presidência desta organização na qual uma coalizão de países Sul levou à vitória o Embaixador Roberto Azevedo em 2013, em contraposição ao candidato apoiado pelos Estados Unidos. Um exame comparativo dos fluxos comerciais brasileiros nos últimos cinco anos, com foco nas parcerias bilaterais Brasil-Estados Unidos e Brasil-China, demonstra que apesar dos Diálogos Globais não há mudanças significativas (ver Tabela 1).

Tabela 1: Balança Comercial

Intercâmbios Brasil-Estados Unidos e Brasil-China						
Brasil e Estados Unidos US\$ FOB						
Ano	Exportação EUA	Exportação China	Importação EUA	Importação China	Saldo com EUA	Saldo com a China
2010	19.307	30.785	27.042	25.595	7.735	.190
2011	25.805	44.315	33.962	32.788	8.157	1.527
2012	26.849	41.228	32.603	34.248	5.754	.980
2013	11.575	22.957	17.587	17.585	6.012	.372
2014	12.792	23.880	17.613	18.405	4.821	.475
<i>Elaborada pela Autora com Dados MDIC</i>						
** Calculado até o mês de Junho de 2014						

O mesmo travamento ocorre nas negociações do G20 financeiro que ganharam maior visibilidade a partir da crise financeira global de 2008. Ainda que as negociações tenham começado em ritmo intenso a partir da eclosão da crise, tem se esvaziado nos últimos anos pela preservação do unilateralismo estadunidense e europeu diante das demandas de ajuste dos emergentes da agenda econômica de recuperação e de reforma das instituições financeiras. Mantém-se um descolamento entre as políticas de regulação e ajuste demandadas pelos emergentes e a agenda do Norte. Este descolamento deve ser encarado como um dos motivos de fortalecimento das alianças Sul-Sul como o BRICS. Em Julho de 2014, a criação do banco dos BRICS demonstra a força deste organismo.

Além deste panorama, o governo Obama intensificou, e complementou, o processo de contenção dos emergentes iniciado por W. Bush. À retórica positiva de cooperação, somou-se outra mais agressiva.

Países como a China, a Índia e o Brasil estão crescendo rapidamente. Este desenvolvimento deve ser bem recebido pois permitiu que milhões (...) tenham saído da pobreza, criando novos mercados e novas oportunidades (...). Enquanto esta rápida mudança ocorre, tornou-se moda em alguns meios questionar se esta ascensão irá acompanhar o declínio da influência americana e europeia no mundo. Talvez, segundo este argumento, estas nações representem o futuro, e o tempo de nossa liderança passou. O argumento está errado. O tempo da nossa liderança é agora. Foram os EUA (...) e nossos aliados democráticos que moldaram o mundo no qual estas nações (...) puderam crescer. (Obama 2011a, s/p)

Não tem sido poucas as acusações aos emergentes de um “novo imperialismo”, seja ele chinês (como nas palavras da ex-Secretária de Estado Clinton sobre a relação China-África), ou brasileiro como citado. O Brasil tem sido acusado de violação de direitos humanos e exploração em atividades econômicas na África e na América do Sul. A ação de empresas como Odebrecht, Petrobras, dentre outras tem sido objeto de inúmeras críticas externas. Esta ofensiva tem se intensificado, uma vez que tanto a China quanto o Brasil aumentaram sua projeção de poder em ambos os continentes. Tais críticas são incorporadas no debate interno.

A ofensiva retórica foi acompanhada pelas ações do USSOUTHCOM/USAFRICOM, assim como da projeção militar terrestre na

América do Sul. Obama incorporou duas iniciativas de contenção, o pivô asiático e o pivô europeu, de caráter econômico e militar. A estratégia do pivô asiático apresentada em 2011, a Parceria Transpacífica (TPP), reestrutura as relações econômicas dos Estados Unidos com a Ásia, trazendo pressões à atuação sino-indiana (e tentando revitalizar a aliança nipo-americana), e que afeta a América do Sul em sua zona do Pacífico. Foi realizada uma readequação das tropas militares no USPACOM. Os Estados Unidos apoiam a constituição da Aliança do Pacífico na América do Sul, composta por Chile, Peru, México, Colômbia, visando afastar estas nações dos projetos de integração da UNASUL/MERCOSUL.

O pivô europeu, a Parceria Transatlântica, lançada em 2013, estabelece negociações para uma zona de livre comércio entre os Estados Unidos e a União Europeia. Busca fechar espaço aos emergentes nestes dois mercados. Para o Brasil, isso relativiza ainda mais sua importância na agenda dos parceiros e traz empecilhos às negociações em andamento do Acordo de Comércio MERCOSUL-União Europeia.

Com ou sem Diálogo, os padrões norte-americanos não mudaram. Mesmo assim, em 2012, a Presidente Dilma visitou os Estados Unidos e mais uma vez a interação foi alardeada como prova de nova etapa bilateral. Em 2012, não houve avanços na Rio +20, que não teve o apoio esperado dos Estados Unidos. O anúncio de que em 2013 a Presidente seria recebida em Washington como Chefe de Estado em Outubro apenas elevou estas expectativas, em particular nos setores pró-alinhamento que defendiam a hipótese da quebra Lula-Dilma.

Entretanto, não houve quebra: o que prevaleceu foi um ajuste tático em direção à acomodação. Se houve diminuição do conflito, o mesmo derivou do relativo recuo da diplomacia, que, por princípio, reduziu as zonas de tensão. Isto não significa que houve convergência entre Brasil e Estados Unidos nas áreas de desacordos prévios, mas sim que o país esteve menos visível.

Distanciamento, Repensamento e Estagnação (2013/2014)

A partir das avaliações de 2011/2012, esperava-se um ano de 2013 “positivo”, porém, ele se tornaria mais complexo e acentuaria o descolamento entre as dimensões estruturais e conjunturais da relação. As visões conjunturais

se sobrepuseram às análises do intercâmbio, reduzindo-o ao tema espionagem a partir das denúncias de Edward Snowden publicadas pelo jornalista Glen Greenwald em Junho de 2013. Estas denúncias indicavam que os norte-americanos mantinham uma prática de espionagem regular realizada pela *National Security Agency* (NSA). A justificativa permanecia a da segurança, visando o combate ao terrorismo transnacional. Porém, a NSA vigiava nações inimigas e países aliados como Brasil e Alemanha (incluindo a Presidente Dilma e a Chanceler Angela Merkel) e empresas nas quais detinham interesses como a Petrobras do setor energético (Trinkunas 2013).

Embora não se possa negar a gravidade das denúncias, o caso Snowden tomou proporções muito mais amplas e midiáticas do que deveria. Guardadas as proporções, assumiu papel central na agenda interna como o fora o caso Ahstiani, e a tendência é que siga o mesmo esvaziamento. O cancelamento da visita da Presidente Dilma como Chefe de Estado aos Estados Unidos, prevista para Outubro de 2013 foi apontada como prova de conflito. E quase todas as decisões da política externa ou questões econômicas que envolviam de alguma forma os Estados Unidos passaram a ser atribuídas ao caso Snowden. Isso ignorava o contexto no Brasil e nos Estados Unidos no qual surgem as denúncias sobre a NSA e a institucionalização das relações bilaterais.

Examinando este contexto, e cronologicamente a dinâmica da relação de Junho de 2013 a 2014, quando o Vice-Presidente Joe Biden vem ao Brasil na Copa do Mundo para se encontrar com a Presidente Dilma, observa-se que o caso Snowden representou uma forte cortina de fumaça. Tal cortina foi instrumental para ambos, mas não se converte em “motivador” do que aconteceu.

As denúncias de Snowden não foram inéditas, bastando lembrar do caso Wikileaks. Em 2010, o site de Julian Assange divulgou informações similares. Snowden permanece afirmando que solicitou asilo político ao Brasil, que não lhe teria sido concedido pelo governo. Por sua vez, o governo nega que este pedido seja oficial. De qualquer forma, este episódio demonstra que o governo não deseja confrontar o interesse norte-americano. Até Agosto 2014, esta questão continua pendente. Por que o caso Snowden alcançou tamanha repercussão?

No que se refere aos Estados Unidos, o fato das denúncias terem sido atribuídas ao governo Obama representou o diferencial, devido à condenação

pelos democratas destas práticas. Para o Brasil, as denúncias colocam em xeque o ajuste tático prévio, defendido pelos grupos pró-alinhamento, e emergem em um momento de crise relativa. Os meses de Junho e Julho de 2013 foram caracterizados por diversas ondas de protestos nas principais capitais brasileiras quando da realização da Copa das Confederações (com o movimento “não vai ter copa”).

Tais protestos, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, ocorriam desde Janeiro, pelas mais diversas razões: passe livre, anti-partidos e anti-corrupção, sem-tetos, sem terra, etc. Em 2014, a Copa se realizou e os protestos ficaram ainda mais restritos, sem ampla participação popular. Desde o início, a segmentação das agendas, a violência dos Black blocs, indicavam que o alcance das manifestações anti-governo era baixo, demonstrando sua falta de identidade e utilização midiática pela oposição. Neste contexto, o caso Snowden surge como uma válvula de escape, visando apoio e a criação de fatos para novo ajuste tático e a retomada da iniciativa política.

Em Agosto 2013, observa-se um movimento deste segundo ajuste, a saída do Embaixador Patriota do cargo de Ministro das Relações Exteriores e a sua substituição pelo Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado (Patriota passa a exercer a função de representante do Brasil nas Nações Unidas, cargo ocupado por Figueiredo). A saída de Patriota foi provocada pelo episódio da fuga do Senador Boliviano Roger Pinto Molina ao Brasil, com o auxílio do diplomata Eduardo Saboia, depois de quase dois anos de exílio na Embaixada do Brasil na Bolívia. Em Agosto, o Secretário de Estado John Kerry visitou o país como parte dos preparativos para a visita de Dilma em Outubro, que ainda não havia sido cancelada, e dando continuidade aos Diálogos Estratégicos (Negroponte 2013).

Setembro e Outubro foram marcados pela criação de fatos novos: a crise Snowden levou o Brasil em aliança com a Alemanha, a assumir papel de liderança nas críticas à espionagem e à demanda pela regulação dos meios digitais. O tema ocupou o lugar central do Discurso da Presidente na Abertura da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas, com fortes críticas aos Estados Unidos (Rousseff 2014).

No Brasil, a situação foi ainda mais grave, pois aparecemos como alvo dessa intrusão. Dados pessoais de cidadãos foram indiscriminadamente objeto de

interceptação. Informações empresariais – muitas vezes, de alto valor econômico e mesmo estratégico - estiveram na mira da espionagem. Também representações diplomáticas brasileiras, entre elas a Missão Permanente junto às Nações Unidas e a própria Presidência da República tiveram suas comunicações interceptadas. Imiscuir-se dessa forma na vida de outros países fere o Direito Internacional e afronta os princípios que devem reger as relações entre eles, sobretudo, entre nações amigas. Jamais pode uma soberania firmar-se em detrimento de outra soberania. Jamais pode o direito à segurança dos cidadãos de um país ser garantido mediante a violação de direitos humanos e civis fundamentais dos cidadãos de outro país. (...). Fizemos saber ao governo norte-americano nosso protesto, exigindo explicações, desculpas e garantias de que tais procedimentos não se repetirão. (...) Por essa razão, o Brasil apresentará propostas para o estabelecimento de um marco civil multilateral para a governança e uso da internet e de medidas que garantam uma efetiva proteção dos dados que por ela trafegam (...). (Rousseff 2014, s/p)

Isto resultou na aprovação pela Assembleia Geral em Dezembro da resolução “Direito à privacidade na era digital”. Esse tema tornou-se simbólico visto que Dilma não havia apresentado inovações na trajetória da política externa até então, mantendo as iniciativas de Lula. Portanto, o tema espionagem foi instrumentalizado (a contrapartida interna foi o Marco Civil da Internet, aprovado em 2014). Mas, e as decisões brasileiras no segundo semestre de 2013 que foram atribuídas como resultado do caso Snowden e que refletem questões estratégicas de longo prazo? Dois casos chamam a atenção: a compra dos caças para a Força Aérea Brasileira e o leilão do campo de libra do pré-sal.

Iniciados no governo Fernando Henrique Cardoso, os estudos para a compra dos caças tiveram uma longa trajetória afetada por questões orçamentárias e estratégicas (acesso à tecnologia), que resultaram em três opções: França-Rafale, Boeing-Estados Unidos e Gripen-Suécia. Bastante protelada, a decisão ocorreu somente em 2013, em caráter emergencial, e após a desativação da frota nacional. A opção foi pela compra dos caças suecos GRIPEN NG-SAAB, em um contrato no valor de U\$ 4,5 bilhões. Segundo o analista Roberto Godoy,

A escolha do suco Gripen NG permitirá o desenvolvimento de um caça nacional de alto desempenho - um supersônico com a grife BR, criado para atender demandas específicas da aviação militar brasileira. De acordo com o ministro da Defesa, Celso Amorim, essa aeronave poderá ser exportada. É o principal benefício da proposta da

Saab, que também levou vantagem na hora de fechar a conta: ganhou o contrato por US\$ 4,5 bilhões, a menor fatura das três finalistas, cobrindo o fornecimento de 36 aeronaves, peças, componentes e, claro, a tecnologia de quarta geração pretendida pela Aeronáutica em larga escala. Não é pouco. Com o conhecimento incorporado a partir do programa conjunto, a principal agência aeroespacial do País, a Embraer, designada parceira da Saab, poderá no futuro oferecer um novo produto no mercado militar. (...) O anúncio da escolha não afasta a crise imediata da defesa aérea. (Godoy 2013, s/p)

Esta decisão, assim como a parceria com a França no Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), em associação com a Marinha do Brasil, faz parte de um processo de reaparelhamento das Forças Armadas acelerado pela gestão Lula. Este processo visa recuperar o setor de defesa, depois do seu desmonte ao longo dos anos 1990 (iniciado por Fernando Collor de Mello). A despeito do estabelecimento do Diálogo de Defesa Brasil-Estados Unidos, as opções no setor têm sido pela diversificação de parcerias com países desenvolvidos e emergentes, seja para a compra de equipamentos e desenvolvimento de pesquisa, como de treinamentos e operações conjuntas (vide o IBSAMAR). Isto alerta os Estados Unidos e a parceria com a China é mencionada na postura estratégica 2014 do USSOUTHCOM,

In the defense realm, Chinese technology companies are partnering with Venezuela, Brazil, and Bolivia to launch imagery and communications satellites, and China is gradually increasing its military outreach, offering educational exchanges with many regional militaries. In 2013, the Chinese Navy conducted a goodwill visit in Brazil, Chile, and Argentina and conducted its first-ever naval exercise with the Argentine Navy. (USSOUTHCOM Posture Command 2014, 11)

A preocupação se estende à exploração do pré-sal. Nesta agenda, a tática brasileira tem sido a mesma, a da diversificação de parcerias, e a busca de condições que garantam maiores benefícios ao Estado. Em 2013, o leilão do Campo Libra foi representativo desta tática, quando o consórcio formado pela Petrobras, Shell (Holanda), Total (França), CNPC e CNOOC (China) adquiriu o direito de explorar o campo, com parcela para o Brasil e bônus pelo contrato de concessão. A não participação das empresas anglo-saxônicas como Exxon Mobil, Chevron, British Petroleum e BG foi apontada como resultado da indisposição do governo brasileiro com o norte-americano por conta do caso

Snowden, ignorando o fato que estas empresas não consideravam o sistema de partilha proposto interessante. A percepção do problema energético é, como indicado no item anterior, fator que envolve dimensões hemisféricas e africanas, referentes ao avanço dos emergentes no Atlântico Sul. Em 2014, isso se encontra claro tanto na agenda do USSOUTHCOM e do USAFRICOM,

The African continent's energy and strategic mineral reserves are also of growing significance to China, India, and other countries in the broader Indian Ocean Basin. Africa's increasing importance to allies and emerging powers, including China, India, and Brazil, provides opportunities to reinforce U.S. security objectives in other regions through our engagement on the continent. While most African countries prefer to partner with the United States across all sectors, many will partner with any country that can increase their security and prosperity. We should be deliberate in determining where we leave gaps others may fill. (Africom Posture Statement 2014, 5)

O tema energia foi mencionado pelo Vice-Presidente Joe Biden em viagem ao Brasil em Junho de 2014,

É óbvio que o potencial da cooperação Brasil-Estados Unidos em energia é grande. Desde a criação do Diálogo Estratégico sobre Energia Brasil - Estados Unidos (SED) em 2011, temos trabalhado em desafios importantes em energia e mudanças climáticas. Na verdade, o SED foi formado em cima de uma cooperação bilateral em biocombustível, hidrocarboneto e energia nuclear civil, só para citar algumas que já existiam. Ou seja, nossa parceria em energia já tem alguns anos. As empresas norte-americanas de petróleo têm sido ativas no setor de petróleo e gás em águas profundas no Brasil há muitos anos e a Petrobras tem um histórico de operações em águas profundas nos EUA. Essa é uma área que cada país pode contribuir com expertise e pode se beneficiar de engajamento bilateral técnico e comercial. O que temos aprendido com a parceria no SED é que empresas norte-americanas de serviços estão ávidas para explorar as oportunidades de parceria para o desenvolvimento de reservas de petróleo e gás no Brasil, incluindo as não-convencionais. (Lopes 2014)

Realizada durante a Copa do Mundo em 2014, esta visita foi definida pelo Vice-Presidente em entrevista à Folha de São Paulo como um “namoro”

entre as duas diplomacias, mas ressaltou que os “piores momentos” pós-crise de espionagem da NSA haviam sido superados⁷. Biden destacou que estes ruídos não impediram a continuidade dos diálogos, assim como agendas de cooperação e negócios relacionadas à Copa do Mundo 2014 e às Olimpíadas de 2016. Programas como o “Ciência Sem Fronteiras” receberam destaque. Em tom similar, a Presidente Dilma Rousseff em entrevista ao jornal *O Globo* de 10 de Julho de 2014 afirmou que,

Não acredito que a responsabilidade pelos hábitos de espionagem seja da administração do Presidente Obama. Eu acho que ela é um processo que vem ocorrendo depois do 11 de Setembro. O que nós não aceitamos e continuamos não aceitando é o fato de que o governo brasileiro, empresas brasileiras e cidadãos brasileiros fossem espionados (...) (Alencastro 2014, s/p)

As declarações Biden-Rousseff significam que existe interesse de mudar o foco. Estes esforços possuem motivações, também instrumentais: do lado dos Estados Unidos, reposicionamento na agenda; para o Brasil, eliminar um tema de contestação da política externa na campanha presidencial de 2014 pela oposição. A tática dificilmente terá sucesso, visto que os grupos pró-alinhamento tem uma postura clara: ou existe uma mudança estrutural ou as críticas permanecem. Portanto, a questão refere-se não à política de governo, mas à política de Estado.

As relações bilaterais de 2011 a 2014 expressam as contradições tradicionais desta interação e de seu peso na política nacional, como as da potência hegemônica estadunidense na busca pela preservação de seu poder regional e global. O fortalecimento do Brasil acentuou a autonomia do país, o que levou a uma nova percepção estadunidense sobre as possibilidades de cooperação ou ameaças derivadas deste crescimento. Isso aumentou os contatos, o que elevou os conflitos.

Os Estados Unidos recuaram internacionalmente devido à crise econômica e reforçaram a utilização de mecanismos estratégico-militares na

⁷ Biden assistiu ao jogo entre Estados Unidos e Gana na cidade de Natal que, na década de 1940, foi representativa da parceria estratégica Brasil-Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, entre os governos de Getúlio Vargas e Franklin Delano Roosevelt.

pressão sobre o Brasil e emergentes. Instrumentos ideológicos e a reafirmação de zonas de influência no Pacífico e na Europa, assim como a criação de novos espaços de projeção de poder na Eurásia e na África oferecem um contraponto às potências regionais. E se mantém preocupações sobre terrorismo e drogas,

Clan-based, Lebanese Hezbollah-associated criminal networks exploit free trade zones and permissive areas in places like Venezuela, and the Argentina, Brazil, and Paraguay Tri-Border to engage in money laundering and other illegal endeavors, as well as recruitment and radicalization efforts. (...) (USSOUTHCOM Posture Command 2014, 4) Working with our interagency colleagues and international partners, we will assist as appropriate in countering diversified illicit drug trafficking and transnational criminal organization networks in Latin America that are expanding in size, scope, and influence. The Department will continue to maximize the impact of U.S. presence in Latin America by continuing to foster positive security relationships with our partners to maintain peace and security of the Western Hemisphere. (Department of Defense 2014)

Desta forma, está-se diante de um quadro complexo de considerações político-sociais, econômicas e estratégicas, que balizam as relações bilaterais Brasil-Estados Unidos em termos regionais e globais. Relações estas que se inserem, ainda, em quadro mais amplo de transformação do equilíbrio de poder mundial.

Considerações Finais

Como analisado ao longo do texto, o governo da Presidente Dilma Rousseff possui tanto elementos de continuidade quanto de descontinuidade quando comparado ao do Presidente Lula. Ainda que exista a continuidade de um projeto interno e externo de Estado, recuos em agendas como a da relação bilateral Brasil-Estados Unidos indicam descontinuidade, associados a uma menor intensidade externa. Esta foi a tônica do primeiro biênio da administração entre 2011 e 2012, e que se estendeu a espaços regionais e organismos multilaterais.

Em particular no intercâmbio bilateral com os Estados Unidos, estes ajustes táticos não impactam as dimensões estruturais aqui analisadas, em particular no interesse estratégico norte-americano em conter o avanço do Brasil

(ou de qualquer outro emergente). Além disso, podem levar ao risco do enfraquecimento da posição brasileira. A partir de 2013/2014, a retomada da assertividade inseriu uma correção de rumos a esta readequação, que, embora tenha gerado novas controvérsias com os Estados Unidos e os defensores do alinhamento, sinalizou o compromisso com a autonomia.

Estas oscilações do governo Rousseff se inserem em uma visão de Estado, em debate no Brasil, que não se limita às relações internacionais. A política externa e a sua definição a partir da relação bilateral é um componente que se mostra presente mesmo no século XXI a despeito de todas as transformações do país, dos Estados Unidos e do mundo. Um relacionamento realista com os Estados Unidos passa por esta avaliação, sem isto, nenhuma agenda pode ser completa, ou adequada ao projeto de um Brasil forte, autônomo e mais justo.

REFERÊNCIAS

- AFRICOM Posture Statement. 2014. Statement of General David M. Rodriguez, USA, Commander, United States Africa Command Before the House Armed Services Committee. March 05, 2014. Disponível em:
[\[http://www.effectivepeacekeeping.org/sites/effectivepeacekeeping.org/files/05/AFRICOM%202014%20Posture%20Statement%20-%20HASC.pdf\]](http://www.effectivepeacekeeping.org/sites/effectivepeacekeeping.org/files/05/AFRICOM%202014%20Posture%20Statement%20-%20HASC.pdf). Acesso em 02 jul. 2014.
- Alencastro, Catarina. 2014. “Dilma exime Obama por espionagem e diz que conduta decorre do 11 de Setembro.” *O Globo*, July 10. Accessed July 10, 2014, <http://oglobo.globo.com/brasil/dilma-exime-obama-por-espionagem-diz-que-conduta-decorre-do-11-de-setembro-13210528>.
- Brasil. 2011. *Balança Comercial Brasileira – Dados Consolidados*. Accessed July 13, 2014: http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1331125742.pdf.
- Brasil. 2012. *Balança Comercial Brasileira – Dados Consolidados*. Accessed July 13, 2014: http://www.mdic.gov.br/portalmDIC/arquivos/dwnl_1365787109.pdf.
- Brasil. 2014. *Balança Comercial Brasileira – Dados Consolidados*. Accessed July 13, 2014: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>.
- Brazil-US Panels. s/d. Accessed July 10, 2014: http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/find_dispu_cases_e.htm?year=none&subject=none&agreement=none&member1=BRA&member2=USA&complainant1=true&complainant2=true&respondent1=true&respondent2=true&thirdparty1=false&thirdparty2=false#results
- Department of Defense. 2014. *Quadrennial Defense Review 2014*. Accessed July 04, 2014: http://www.defense.gov/pubs/2014_Quadrennial_Defense_Review.pdf
- Diálogo da Parceria Global, Brasil-Estados Unidos. 2012. “Comunicado Conjunto.” Accessed September 19, 2011: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/dialogo-de-parceria-global-brasil-estados-unidos-washington-31-de-maio-e-1o-de-junho-de-2011-comunicado-conjunto>.

- Godoy, Roberto. 2013 “Um pacote para criar um supersônico com a grife BR”. Accessed July 09, 2014: <http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastrados/noticias/2013/12/19/um-pacote-para-criar-um-supersonico-com-a-grife-br>.
- Lopes, Raul Juste. 2014. “Queremos reconstruir a confiança com o Brasil’, diz vice dos EUA.” *Folha de São Paulo*, June 16. Accessed July 07, 2014: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/06/1470975-queremos-reconstruir-a-confianca-com-o-brasil-diz-joe-biden.shtml>.
- Ministério da Defesa. 2012. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Accessed July 02, 2014: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>.
- Negroponte, Diana Villiers. 2013. “Secretary Kerry’s Brazil Visit: Energy, Education and Global Entry Compete with NSA criticism.” Accessed July 01, 2014: <http://www.brookings.edu/blogs/up-front/posts/2013/08/19-brazil-kerry-negroponte>.
- Obama, Barack. 2011a. “Discurso no Theatro Municipal do Rio de Janeiro.” Accessed July 10, 2012: <http://g1.globo.com/obama-no-brasil/noticia/2011/03/leia-integra-do-discurso-de-barack-obama-no-theatro-municipal.html>.
- Obama, Barack. 2011b. “Remarks by the President to Parliament in London, United Kingdom.” May 25. Accessed July 10, 2012: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/05/25/remarks-president-parliamentlondon-united-kingdom>.
- Patriota, Antonio de Aguiar. 2008. “O Brasil e a Política Externa dos Estados Unidos.” *Política Externa* 17 (1): 97-109.
- Pecequilo, Cristina Soreanu. 2012. *As relações Brasil-Estados Unidos*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora.
- Pecequilo, Cristina Soreanu. 2013. *Os Estados Unidos e o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Campus Elsevier.
- Rice, Condoleezza. 2008. “Rethinking the national interest- American realism for a new world.” *Foreign Affairs* July/August. Accessed May 10, 2012: <http://www.foreignaffairs.org/20080701faessay87401/condoleezza-rice/rethinking-the-national-interest.html>.
- Rousseff, Dilma. 2013. “Discurso da Presidente da República Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações

- Unidas- Nova Iorque, EUA”. Accessed November 20, 2013: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>.
- The White House. 2010. “National Security Strategy.” Accessed September 19, 2012: http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf.
- The White House. 2011. “Joint Statement by President Rouseff and President Obama.” 2011. Accessed September 10, 2012: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/03/19/joint-statement-president-rousseff-and-president-obama>.
- The White House. 2012. “Joint Statement by President Obama and President Rouseff.” Accessed September 18, 2012: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2012/04/09/joint-statement-president-obama-and-president-rousseff>.
- Trinkunas, Harold. 2013. *US-Brazil relations and NSA electronic surveillance*. Accessed July 01, 2014: <http://www.brookings.edu/blogs/up-front/posts/2013/09/18-us-brazil-nsa-surveillance-trinkunas>.
- Trinkunas, Harold. 2013. *Seeking common ground in the US Brazil relationship*. Accessed July 01, 2014: <http://www.brookings.edu/blogs/up-front/posts/2014/04/29-common-ground-us-brazil-trinkunas>.
- USSOUTHCOM. 2014. *Posture Statement of General John F. Kelly before the 113 Congress House Armed Services Committee*, February 26. Accessed July 04, 2014: http://www.southcom.mil/newsroom/Documents/2014_SOUTHCOM_Posture_Statement_HASC_FINAL_PDF.pdf.
- Visentini, Paulo Fagundes. 2013. *A projeção internacional do Brasil 1930-2012*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Yergin, Daniel. 2014. *The Global Impact of US Shale*. Accessed July 05, 2014: <http://www.project-syndicate.org/commentary/daniel-yergin-traces-the-effects-of-america-s-shale-energy-revolution-on-the-balance-of-global-economic-and-political-power>.

RESUMO

O objetivo do artigo é apresentar uma análise das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos no governo Dilma Rousseff de 2011 a 2014, a partir da evolução da política externa brasileira contemporânea no século XXI. No contexto global e regional, examinam-se seus componentes políticos, estratégicos e econômicos, oportunidades e pontos de estrangulamento.

PALAVRAS-CHAVE

Relações Brasil-Estados Unidos; Política Externa Brasileira; Política Externa dos Estados Unidos; Dilma Rousseff; Barack Obama.

*Recebido em 30 de agosto de 2014.
Aprovado em 30 de setembro de 2014.*